

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 7 de maio de 2014 - nº 27



NESTA EDIÇÃO

- *Pesquisa: como anda o bolso dos servidores do BC?*
- *Sinal-SP convida: "O Renascimento do Parto" - dia 8/5*
- *Saiu na imprensa*

PESQUISA: COMO ANDA O BOLSO DOS SERVIDORES DO BC?

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício [nº 05/SRT-MP](#), de 8/4/14, conforme divulgado no Apito Brasil [nº 46](#), de 17/4/14, respondeu à pauta de reivindicações da Campanha Salarial Unificada de 2014 com um sonoro **não**.

Não haverá negociação para a definição de data-base e nem para a implementação de política salarial permanente com reposição inflacionária;

Não haverá reajuste salarial para o funcionalismo, em 2014, inclusive no que se refere ao recebimento antecipado dos 5% acordados para janeiro de 2015;

Não haverá reajuste nos benefícios, em 2014. Cabe notar que os servidores do Poder Executivo sempre receberam benefícios muito menores do que os do Legislativo e Judiciário*.

De que forma essa realidade impacta no bolso dos servidores do BC?

Cabe lembrar que a perda salarial já ultrapassa 27%, sendo próxima de 10% a prevista para o atual governo, segundo o [corrosômetro](#) preparado pelo Sinal!

Para uma visão mais clara sobre a saúde financeira de cada um, inclusive aposentados e pensionistas – o Sinal-SP propõe à categoria uma pesquisa *online*, que não demora mais do que 3 minutos para ser respondida:

Clique [aqui](#)

A pesquisa, no sítio do sindicato, ficará em aberto de hoje **até o dia 16/5/14**, sexta-feira. Processadas as informações, com a preservação do anonimato, o Sinal-SP divulgará oportunamente boletim sobre o assunto.

* Ver, a propósito o estudo do Dieese. Clique [aqui](#)

SINAL-SP CONVIDA PARA SESSÃO DE VÍDEO

"O Renascimento do Parto" - documentário de Érica de Paula e Eduardo Chauvet

Como parte das homenagens ao mês das mães, o Sinal-SP exibirá o filme "O Renascimento do Parto", documentário brasileiro com a segunda maior bilheteria no ano de 2013 e recordista brasileiro de financiamento coletivo (*crowdfunding*). A sessão (das 10h às 12h), com café, a partir das **9h**, aberta a todos os servidores e servidoras do Banco Central, será nesta **quinta-feira, dia 8/5**, no auditório do 20º andar. Após a exibição do documentário haverá debate com servidoras do BC envolvidas no movimento de humanização da assistência obstétrica e neonatal brasileira. O filme, que não se destina apenas a gestantes ou mulheres que desejam engravidar, é um convite à reflexão sobre atenção à saúde, sobre violência e direitos humanos.

HOMENAGEM ÀS MÃES
Sessão de vídeo (com café) no 20º andar do BC

**8/5/2014
às 9h**
no auditório
do BC em SP
(20º andar)

O número de cesarianas e de partos com intervenções traumáticas e desnecessárias é impressionante. Confira o que dizem a respeito alguns especialistas na área obstétrica.

SINAL
Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Sinopse

Atualmente, o Brasil figura como o país campeão mundial de cesarianas. Em 2010, pela primeira vez, o percentual de cesarianas superou o de partos normais, atingindo 52% do número total de nascimentos do país (hoje, estima-se que esse número esteja em 56%, sendo quase 40% na rede pública e mais de 80% na rede privada). Em contrapartida, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que essa taxa não ultrapasse 15%, sob o risco de graves consequências maternas e perinatais. O filme "O Renascimento do Parto" retrata a grave realidade obstétrica mundial e, sobretudo, brasileira, que se caracteriza por um número alarmante de cesarianas ou de partos com intervenções traumáticas e desnecessárias. Através dos relatos de alguns dos maiores especialistas na área e das mais recentes descobertas científicas, questiona-se o modelo obstétrico atual, promove-se uma reflexão acerca do novo paradigma do século XXI e sobre o futuro de uma civilização nascida sem os chamados "hormônios do amor", liberados apenas em condições específicas de trabalho de parto.

Fonte: [O Renascimento do Parto](#)

Trailer do filme

Clique [aqui](#)

Obs.: texto com colaboração da filiada **Sabrina Sorgi Parada** (DEGEF/DIGEP/COGEP-02)

SAIU NA IMPRENSA

Demandas trabalhistas e 10% para educação são destaques na comissão geral sobre o 1º de Maio

6/5/14 - 22h37

A aplicação de 10% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro exclusivamente na educação se uniu às pautas tradicionais dos sindicalistas entre as principais reivindicações dos trabalhadores nesta semana em que se comemoram na Câmara dos Deputados o Dia do Trabalho (1º/05) e os direitos trabalhistas.

Em comissão geral realizada nesta terça-feira (6) no Plenário Ulysses Guimarães, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Vicente Candido (PT-SP), elogiou o fato de as demandas dos trabalhadores não se restringirem a questões corporativas. Ele lembrou que a luta pela destinação de 10% do PIB para a educação foi uma reivindicação que teve destaque nas manifestações do 1º de Maio.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, concordou com o parlamentar. Para ele, a distribuição de renda, a saúde e a democracia do País somente serão resolvidas pela

educação. "Não entendo como a questão ainda demanda debates. É algo tão lógico a função da educação para a inclusão, que é incompreensível que esse não seja o principal debate desta casa", lamentou.

O sindicalista acrescentou que, apesar de o Brasil ser a 6ª economia do mundo, ocupa apenas a 85ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e quase a 100ª em distribuição de renda.

Patah destacou que se for aprovado o projeto que destina 10% do PIB para a educação, o País poderá seguir o mesmo caminho da Coreia, "que 30 anos atrás era bem menos que o Brasil, mas hoje supera o Brasil em vários quesitos", citou.

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) aproveitou a sessão para lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE – [PL 8035/10](#)) foi aprovado em comissão especial e segue para votação em Plenário. O PNE define 20 diretrizes para melhorar os índices educacionais brasileiros nos próximos dez anos, e inclui a destinação de recursos para a educação. "Este tema é importantíssimo para os trabalhadores", disse.

Avanços

Vicente Candido, um dos parlamentares que sugeriram o debate, também comemorou o índice de pleno emprego e os avanços da renda dos trabalhadores e na redução da carga horária de trabalho. "Ainda que muitos ainda trabalhem até mais de 44 horas para complementar sua renda", disse.

O parlamentar propôs que as comissões gerais sobre questões trabalhistas se tornem uma tradição da Câmara. "Esta semana é uma semana de assembleia permanente, chamando os congressistas para discutir questões que afetam a classe trabalhadora". Disse, acrescentando que é preciso que se crie a cultura de receber trabalhadores para discutir os temas de interesse deles. Só na CCJ há mais de 150 propostas relacionadas ao tema esperando análise.

O deputado Assis Melo (PCdoB-RS), aplaudiu a iniciativa, mas assinalou que essas questões não podem ser assunto na Câmara apenas por ocasião do 1º de maio. Ele defendeu o imposto sindical como forma de financiamento para as organizações de defesa dos trabalhadores. O parlamentar argumentou também que, apesar dos problemas, existem avanços especialmente na política de reajustes para o salário mínimo.

Já o deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) saudou as lideranças sindicais presentes defendeu a participação de representantes da sociedade nas atividades da Câmara, com suas ideias e reflexões. "Vocês têm muito a acrescentar ao debate com a participação de vocês."

Propostas em debate

Entre as propostas de interesse dos trabalhadores em tramitação, Inocêncio Oliveira citou o Projeto de Lei 7185/14, do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que torna permanente a atual política de

valorização do salário mínimo, válida até 2015.

Inocência destacou também o projeto do novo PNE, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais ([PEC 231/95](#)), o fim do fator previdenciário ([PL 3299/08](#)) e o fim da contribuição de aposentados ([PEC 555/06](#)).

Servidores e terceirizados

A secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria das Graças Costa, destacou também a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva para servidores públicos.

Ela lembrou que desde 1943 (quando o governo Vargas editou a CLT) que trabalhadores privados têm direito à negociação, direito até hoje negado aos servidores. A sindicalista também defendeu a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Maria Costa criticou também a proposta de regulamentação do trabalho terceirizado (PL 4330/04). "Em 2012 tivemos 701 mil casos de doenças no trabalho, boa parte deles com terceirizados. Se aprovarmos esse projeto sobre terceirizações, essas pessoas ficarão desprotegidas", disse.

Reportagem – Juliano Machado Pires

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)